



ATA DA 41ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2026, às 14h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, localizada no prédio da Prefeitura de Mauá. Estiveram presentes: José Rogério Moreira Santana, Ema Del Carmen A. Silva Ferreira, Roberto Bergamaschi, João Sandro Santos, Osmar dos Santos, Waldecir Gonçalves Soares, Renato da Silva, Anderson Albuquerque Brito, Maria Mônica M. dos Santos e como convidado o servidor Guilherme Aparecido Melo dos Santos, técnico ambiental.

O Sr. Rogério deu início à reunião com os informes gerais, informou sobre a caminhada do Dia Mundial da Água, que foi realizada no dia 22 de março, a qual contou com a participação de mais de 500 pessoas, destacando-se o crescimento contínuo do evento ao longo dos anos, tornando-se uma tradição. Informou também que no dia 26 de março ocorrerá uma palestra na FATEC com a participação do vice-presidente da FABHAT (Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê), integrando o calendário de eventos do Mês da Água, cujo tema é "Mudanças Climáticas e a Água: o Desafio do Novo Tempo". Também foi comunicado que no dia 31 de março, encerrando o calendário de eventos do Mês da Água, ocorrerá um evento de abertura do meliponário (jardim de abelhas sem ferrão), localizado na Gruta Santa Luzia. Esse será o segundo jardim de abelhas, o primeiro está localizado no Parque Prefeito Oswaldo Dias, e será composto por 16 colônias de abelhas sem ferrão.

Em seguida, o Sr. Rogério abriu espaço de informes para os conselheiros. Foi levantada a questão da transposição de água da represa Billings, o Sr. Rogério sugeriu, para uma reunião futura a apresentação de um vídeo sobre os 100 anos da represa Billings, que foi produzido por uma equipe de ambientalistas.

O conselheiro Osmar informou sobre a existência de uma mina de água que nasce na região do Parque Prefeito Oswaldo Dias e que, em seu percurso, segue com água corrente que está sendo desperdiçada. Diante disso, o Sr. Rogério sugeriu que seja feito o registro dessa mina de água, pois ele, com o auxílio do servidor Sérgio Caram, estão fazendo um levantamento das nascentes do município. Em seguida, o Sr. Rogério sugeriu convidar o

1



FOLHA DE INFORMAÇÃO

servidor Sérgio Caram para participar de uma reunião futura para comentar sobre o tema. Rogério pediu auxílio dos conselheiros que, caso encontrem alguma mina de água, para que entrem em contato com a Secretaria de Meio Ambiente, para fazer o registro dessas novas minas. Informou também sobre a questão das nascentes, que as informações oficiais constam na cartografia da Emplasa e que às vezes a nascente, devido a alterações demográficas, acaba migrando. Com base nesses dados, será possível realizar um diagnóstico dessas nascentes e, posteriormente, desenvolver projetos de revitalização e aproveitamento das nascentes.

O conselheiro Osmar também informou sobre uma proposta de projeto de incentivo à captação de água da chuva para reutilização em condomínios, por exemplo, destacando a relevância do tema, embora ainda não tenha havido avanços concretos à época em que foi discutido. Em seguida, o Sr. Rogério informou que a Secretaria de Obras está fazendo a atualização do Plano Diretor de Drenagem, informou-se ainda que a lei que criou o Plano Municipal de Saneamento Básico em Mauá, instituído em 2013 e atualizado em 2019, contempla as dimensões de saneamento (resíduos sólidos, esgotamento sanitário, água potável e macro e microdrenagem). Informou ainda que está em andamento a atualização do Plano de Resíduos Sólidos, em parceria com a UFABC e com a Secretaria de Serviços Urbanos. Foi mencionado que a Secretaria de Obras está buscando recursos com o FEHIDRO para elaboração do Plano Diretor, o qual poderá incluir diretrizes para futuros projetos de captação de água, pois com a atualização do Plano Diretor de Drenagem, pode-se trabalhar com a macro e microdrenagem e a ampliação de serviços urbanos como, por exemplo, as bocas de lobo. Também pode-se abordar a questão de como o órgão público pode, nas novas construções, e fazer um estudo das antigas construções como, por exemplo, o prédio da Prefeitura, de criar uma estrutura para fazer a captação da água para ser reutilizada para serviços como, por exemplo, a limpeza de sanitários. Acrescentou que está sendo trabalhada a dimensão de resíduos sólidos e microdrenagem. No que se refere às dimensões de esgotamento sanitário e de água potável, por se tratar de competência das concessionárias, foi criado um Grupo de Trabalho de Saneamento que já realizou reunião com a BRK e que convocará a SABESP para alinhamento de metas.



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Em seguida, o conselheiro Waldecir informou que no dia 24 de março ocorreu a primeira reunião de convênio com o CREA-SP, por meio da Associação dos Engenheiros de Mauá, visando apoiar a Prefeitura em questões técnicas.

O Sr. Rogério informou a intenção de publicar diariamente os Termos de Compromisso Ambiental, destacando a autonomia dos conselheiros na solicitação e verificação dos mesmos. Comunicou ainda a aprovação pelo Conselho da supressão de aproximadamente 100 árvores com risco de queda, localizadas no Parque Prefeito Oswaldo Dias e na Gruta Santa Luzia, através de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente com a abertura de processo licitatório, com levantamento florístico.

O conselheiro Waldecir fez um comentário sobre a questão das compensações ambientais, quando ocorre dentro do próprio terreno, mas no caso da ausência de terreno é feita uma doação ou prestação de serviço. Rogério informou que, com a elaboração do Plano, essa questão será abordada, pois atualmente a maior dificuldade não é o plantio de mudas, e sim a manutenção das áreas já plantadas. Acrescentou que a nova Lei de Licenciamento Ambiental está em fase final de revisão e que estes aspectos serão abordados como, por exemplo, para fazer uma compensação de plantio, mas sem área. No caso o responsável pela compensação cuidaria de uma área já plantada pelo período mínimo de dois anos. Informou que, no momento, o desafio seria esse monitoramento, citou como exemplo as mudas, pois há muita perda, principalmente no inverno e o município, ao longo dos anos, devido ao crescimento urbano, foi perdendo áreas públicas, além do município possuir uma grande quantidade de áreas de propriedade particular. Destacou-se a carência de áreas públicas disponíveis para novos plantios e por esse motivo, a realidade atual é trabalhar com prestação de serviços, por exemplo, a revitalização de nascentes.

O conselheiro Waldecir informou que está à disposição para colaborar com a nova Lei de Licenciamento Ambiental. O Sr. Rogério informou que quando a minuta voltar do gabinete, vai convidar um técnico ambiental para apresentar a minuta para o Conselho para aval e também para receber novas sugestões. Posteriormente a minuta será recebida na Câmara Municipal.

Encerrados os informes, o Sr. Rogério passou a palavra para o servidor Guilherme para fazer uma breve apresentação sobre o Programa Município Verde Azul. Guilherme iniciou a apresentação informando, em resumo, que o Programa Município Verde Azul possui dez



FOLHA DE INFORMAÇÃO

diretrizes e que os municípios são separados em grupos, de acordo com a população. O município de Mauá integra o grupo 4 (até 500 mil habitantes) e cada grupo possui seu ranking. Cada tarefa realizada tem uma pontuação específica e os municípios que atingirem uma nota superior a 50 pontos serão qualificados. Os municípios que atingirem uma nota superior a 80 pontos recebem uma certificação do Programa Município Verde Azul e os municípios que atingirem uma nota inferior a 50 pontos não recebem nenhuma menção. Guilherme informou que, atualmente, o município de Mauá está com 42 pontos, na 44ª posição do grupo 4, não é considerada uma posição ruim, porém é preciso avançar para obter a pontuação mínima para receber a qualificação e ter o reconhecimento de suas ações. Guilherme informou que grande parte dessas ações que são desenvolvidas não tem possibilidade de comprovação, por esse motivo, acaba não pontuando. A Secretaria de Meio Ambiente está trabalhando nesse sentido, por exemplo, na questão de Educação Ambiental, foi criado o Plano Municipal de Educação Ambiental, que foi encaminhado à Câmara Municipal para aprovação, para posteriormente pontuar no Programa através das atividades do Plano. Mauá também possui o Centro de Educação Ambiental, porém ele não está oficializado por nenhum ato normativo, para pontuar nesse quesito, deve-se elaborar uma minuta para oficializar o Centro de Educação Ambiental.

Guilherme explicou que, para que o município obtenha a qualificação, é necessário somar 9 pontos para atingir a pontuação mínima exigida. Informou que a Secretaria vem realizando um conjunto de ações, destacando a elaboração da Política de Adaptações às Mudanças Climáticas. Foi também elaborado um decreto que reconhece as emergências climáticas e foi criado um comitê que vai elaborar a Política Municipal de Mudanças Climáticas, que também é um critério que pontua no Programa Município Verde Azul. Ressaltou, contudo, que possivelmente não haverá tempo para pontuar no ciclo vigente, podendo essa pontuação ser considerada no próximo ciclo.

Na sequência, Guilherme informou sobre o Plano Municipal de Redução de Riscos, que já foi concluído e certificado para prestação no Programa, com expectativa de obtenção de pontuação. Guilherme comentou que considerando os esforços realizados, acredita-se que os 9 pontos possam ser alcançados, possibilitando ao município obter a qualificação neste ciclo. Recordou que, em 2021, o município alcançou a qualificação, porém, a partir de 2024, o Programa passou por algumas alterações em suas tarefas, por esse motivo, o município

4



FOLHA DE INFORMAÇÃO

teve que se adaptar a essas mudanças e ainda não foi possível alcançar novamente a qualificação nos últimos ciclos.

Foi informado ainda que a Secretaria está desenvolvendo o Plano de Arborização Urbana, com a criação de um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Política Municipal de Arborização Urbana. Tal política estabelecerá diretrizes e orientações quanto às espécies a serem plantadas no município, como espécies nativas da Mata Atlântica e evitando espécies exóticas, a fim de prevenir problemas futuros. Na parte de planejamento estratégico, será realizado um diagnóstico das árvores do município, visando identificar aquelas que necessitam de supressão, de modo a evitar acidentes, como quedas. Essas ações contemplam tanto áreas de parques quanto vias urbanas. Guilherme informou também que foi iniciado um levantamento arbóreo, estimando-se que cerca de 84% das árvores já foram mapeadas. Esse levantamento passou por um período de pausa, sendo necessária sua atualização para verificação das condições atuais das árvores, quais foram suprimidas e, em breve, os estudos serão retomados.

Guilherme concluiu que essas são as informações atuais sobre o Programa Município Verde Azul e sobre a questão do saneamento, o Grupo de Trabalho de Saneamento está revisando algumas diretrizes para fins de pontuação no Programa. Ressaltou que o município apresenta bons índices de captação de água e de esgotamento sanitário, com melhorias constantes, estando alinhado às metas de universalização do saneamento até o ano de 2030. Guilherme esclareceu ainda que o Programa Município Verde Azul é um Programa estadual, ao qual o município aderiu há aproximadamente 10 anos, tendo já sido premiado em ocasião anterior. A expectativa é que, com a continuidade dos esforços, o município alcance pontuação entre 51 e 52 pontos, suficientes para a obtenção da qualificação.

Em seguida, o Sr. Rogério complementou que existe o Índice de Gestão Municipal (IGM), que avalia a Secretaria de Meio Ambiente de forma abrangente, envolvendo diversas secretarias. Ressaltou que o Programa Município Verde Azul busca integrar as ações entre as secretarias, não sendo uma atribuição exclusiva de uma única pasta. O conselheiro Roberto questionou se a Secretaria de Meio Ambiente cobra as demais secretarias nas ações. O servidor Guilherme informou que foi realizada uma reunião de alinhamento e que as tarefas foram distribuídas. Esclareceu ainda que, para solicitação de relatórios, no caso

5



FOLHA DE INFORMAÇÃO

da BRK e da SABESP, os pedidos são realizados via ofício, enquanto para as demais secretarias são feitos por meio de comunicação interna.

O Sr. Rogério informou que uma das tarefas atualmente em pausa refere-se à Inspeção Veicular Municipal, destinada a verificar se os níveis de emissão de fumaça dos veículos estão dentro dos padrões estabelecidos. Trata-se de uma das cobranças do Tribunal de Contas, envolvendo as secretarias de Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Serviços Urbanos e a ideia é realizar essa inspeção duas vezes ao ano, podendo futuramente ser estendida à frota particular. O servidor Guilherme acrescentou que essa ação também gera pontuação no Programa Município Verde Azul.

Para finalizar, Rogério informou que está sendo estudada a possibilidade de transmissão online das reuniões do Conselho, permitindo maior acompanhamento por parte da população, seria mais uma alternativa, além das atas que já são publicadas no Diário Oficial, ampliando o acesso às informações.

Encerrados todos os informes, o Sr. Rogério agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Estando todos de acordo, assinam esta Ata:

José Rogério Moreira Santana

Ema Del Carmen A. Silva Ferreira

Roberto Bergamaschi

João Sandro dos Santos



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Osmar dos Santos

Waldecir Gonçalves Soares

Renato da Silva

Anderson Albuquerque Brito

Maria Mônica M. dos Santos